Adolescências, Psicanálise e Direitos Humanos: a complexa questão do lugar do Estado

Andréa Máris Campos Guerra*

1.

Ao compor esse artigo, parti de uma posição, diante da diversidade de posições e ações políticas no campo dos Direitos Humanos. Explico. Em geral, escrevo e intervenho em espaços nos quais os códigos me são familiares, no qual falamos a mesma língua e sabemos onde nos encontramos e onde nos desencontramos. Aqui, se abre um campo novo que me trouxe à lembrança a primeira vez em que subi em um aglomerado urbano, onde se concentra a maioria avassaladora de moradia dos jovens com quem trabalho. Ali também desconhecia seus códigos. Não sabia se poderia entrar ou não, não ouvia os gritos “normal, normal” que me chegavam aos ouvidos, não via olheiros nas lajes, nem marcas de tiros nas paredes das casas. E ainda não era capaz de usufruir daquilo que depois me ensinou Marcia Cruz (2009), moradora do Morro do Papagaio, em Belo Horizonte: saborear a estética arquitetônica autoral, a geografia e a musicalidade próprias, o ritmo e a tradição na

*Professora do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

favela. Elementos que não estão dispostos nos mapas oficiais da cidade, nem em seus códigos linguageiros.

2.

Para Koltai (2000), o estrangeiro diz respeito a “algo que se situa na fronteira do subjetivo singular com o social” (p. 21) - individual e singular de um lado, político e social de outro. Mas não se dispõem de maneira simétrica ou correspondente. O político não equivale ao subjetivo, assim como o mais íntimo não se manifesta diretamente no mais exterior. Para chegar ao mundo, nas cenas das cidades, e funcionar no intercâmbio entre os homens, a experiência de corpo precisa ser traduzida em palavras. E aí uma perda intensiva se opera. Usamos a imagem da banda de Moebius para mostrar essa afetação entre político e subjetivo, a partir dessa perda irreversível que coloca um sujeito a trabalho (Guerra, 2015a). Trata-se de uma fita torcida e depois atada em suas duas pontas. Circular pelo lado externo da banda conduz ao lado interno da mesma e, se seguimos, retornamos ao externo continuamente. O corte longitudinal sobre a banda produz uma perda que a afeta nos dois planos. É ao preço dessa perda que somos afetados enquanto corpo que vive e se apresenta no ato de fala, comparando no cenário público a partir da forma de ocupação que assim se realiza. Esse constrangimento se realiza sob as mais diversas formas de determinação: da econômico-material, político-discursiva, até àquela que condiciona os sujeitos por meio de suas instituições e visa domesticar suas pulsões desordenadas, e, finalmente, aquela que advém de sua própria condição de sujeito de gozo que fala.

E retorna na composição do “em comum”. O efeito político daí decorrente interroga as respostas institucionais, coletivas e individuais, já que “viver junto não é evidente” (Garcia, Guerra & Otoni, 2010). A leitura e o destino das diferenças é aqui ato político fundador e sustentador da convivência possível.

Mas minha posição estrangeira ainda porta outro valor de leitura e de perspectiva. A fronteira como projeção topológica sobre uma realidade simbólica, política e social representa o ponto de ruptura com uma lei e, na origem, é sempre no-

meada pelo vizinho. Assim, a palavra *grenze* em alemão, teria vindo dos vizinhos eslavos. A palavra *frontière*, em francês, do latim *frons*, utilizado pelos romanos para indicar a fronteira espanhola. E até mesmo o *border*, inglês, teria vindo da *bordure* francesa. “A fronteira é, assim, sempre nomeada na língua do outro” (Koltai, 2000, p. 21).

Aqui a estranheza se torna causa de movimento e busca localizar as transposições e as mediações nas zonas de tensão que as fronteiras, visíveis ou invisíveis, instalam. Foi assim no meu encontro com os jovens, está sendo assim na escrita desse artigo. Deixar-se tocar pelo saber-fazer do outro, e interferir com seu saber-fazer no campo do outro pode produzir efeitos político-subjetivos transformadores e libertadores, inéditos, mas pode também constituir uma invisível forma de dominação, um dispositivo de captura.

3.

Temos, pois, clareza de nosso ponto de partida na prática psicanalítica com jovens na cidade através do Programa Já É de Extensão Universitária, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais. Cabe dizer que parto da universidade e da psicanálise na minha atuação – dobradinha sempre complicada, pois de saída precisamos, do interior dessas duas instituições, subvertê-las. Associadas equivocadamente, a primeira ao positivismo clássico e sua lógica binária (sujeito-objeto, pensamento-ação, causa-consequência, etc) e a segunda à burguesia e à individualização apolítica, ahistórica e patológica de abordagem do sujeito – o primeiro passo que damos consiste, pois, em explicitar uma tomada de posição ético-política do lugar de enunciação e de ação que empreendemos.

Sustentamos, com Lacan, uma posição de *subversão* no interior da política, que visa modificar a lógica de agenciamento dos dispositivos de controle. Dizemos subversão e não revolução, pois a revolução produziria, ao contrário, dois efeitos nefastos: (1) uma volta completa com retorno ao mesmo ponto originário de partida e (2) a troca de um centro por outro (Lacan, 1992). Uma revolução, nesse sentido, sempre irá produzir um novo mestre.

Nesse sentido, a verdadeira revolução não teria sido empreendida por Copérnico, ligado à ideia de um centro que substitui outro, pois ela se manteria na mesma lógica da centralidade. Teria sido Kepler, ao propor a tese das órbitas elípticas, descentralizadas, o operador de uma verdadeira mudança. Foi assim que ele colocou em xeque a própria noção de centro. Assim como uma elipse não possui centro, o mesmo vale para o sujeito (Ianinni, 2012). Isso é subversivo.

Assim, opero fora dos dispositivos institucionais e estatais de intervenção propostos no âmbito das políticas públicas, seja como defesa dos Direitos Humanos, seja como forma de reparação ou como prevenção, dedicando-me nesse artigo, então, a pensar qual seria o lugar do Estado, então, nessa ação. Entendo que o Programa Já É possui em relação ao Estado a posição que Lacan denominou de *extimidade*, uma espécie de exterioridade íntima. A extimidade é simultaneamente o núcleo íntimo e o corpo estrangeiro; em outras palavras, é a versão lacaniana do *unheimlich*, o estranho freudiano (Freud, 1976). Assim, antes de concluir elaborando essa questão, trago alguns pressupostos do trabalho que gostaria de compartilhar com vocês.

4.

O primeiro pressuposto:

Passamos de uma lógica de dominação/apropriação, típica do capitalismo, a uma lógica de afetação intensiva que, dada a existência do inconsciente, instala um campo assemântico e corporal como ‘ponto de onde’ o sujeito pode se realizar na vida pública. Também explico. Se penso em um sistema de dominação com Viveiros de Castro (2012), toda intervenção de A sobre B, visa modificar B, que passa de B para B’. Porém de forma a que B’ se torne uma parte de A, que ele funcione na lógica de A como um subgrupo seu, subgrupo que o representa. Isso é o que Lacan (1992) constituiu como sendo a lógica da dominação, ou o Discurso do Mestre, em sua teorização do laço social como teoria do discurso.

A essa lógica ele propõe outra, com o discurso do analista.

Aqui cabe um parêntese. Ele não está propondo fazer psicanálise do social nem instituir a psicanálise como ferramenta hegemônica ou exclusiva para subversão dos processos de dominação ou despolitizar, fragmentando, os processos coletivos. Não. Ele simplesmente expõe que subjaz a todo laço social o desejo de dominação, ensaiando estabelecer suas diferentes lógicas e acenando para a dimensão do gozo extraído desse exercício de poder que a prática do analista, ao lado de outras tantas, visa atingir.

Retornando a Viveiros de Castro (2012), há outra forma de pensar essa relação. Se A intervém sobre B e modifica B em B', reafirmando o que B tem de singular em sua experiência (individual, coletiva, pública, política), mas se deixa afetar pela experiência com B, transformando-se em A' e incorporando de B elementos que o transformam.

“O esquema actancial da transformação, neste segundo caso, [será] algo como: B se transforma em B' por ocasião e intermédio da entrada de A em seu horizonte de eventos. No decorrer do processo, B-B' contratransforma A em A', na medida mesma de sua participação em A (que pode, aliás, ser muito pequena — ou não). Isso transforma o sistema formado por A, B e outras “letras” em um superobjeto C” (Viveiros de Castro, 2012).

Temos, aí, a lógica da afetação intensiva que pode ser realmente transformadora, pois produz um novo elemento C, como efeito recolhido desse encontro.

Segundo Viveiros de Castro (2012), assim rompemos com a noção de que todo existente se define exhaustivamente como variante de um outro, de que toda forma é o resultado de uma metamorfose, toda “propriedade”, um “roubo”, sendo a interiorização contingente de uma captura, tomada como uma posseção de algo impróprio. E cedemos lugar ao efeito refratário que retorna sobre o coletivo-sujeito a partir do (des) encontro com a alteridade, comunidade-alvo, transformando ambos ao introduzir uma nova estrutura de apreensão de cada um. Essa lógica indica a possibilidade de composição de

novas formas de vida.

É assim que ele apresenta esses dois esquemas “actanciais” básicos (no sentido greimassiano) da noção de transformação (Viveiros de Castro, 2012). Primeiramente, o modo estrutural funcionalista, ocupado com as macrotransformações, como aquelas derivadas dos modos de abordar a modernidade e seu impacto. E também o modo estrutural-culturalista que, a partir da ideia de “transformação à indígena”, pensa-a mais em termos de indução e orquestração, que em termos de finalidade e causa, como acabamos de ver. Aqui radica a potência do sujeito ou do coletivo, lembrada por Tania Kolker, agora vivificada pela teoria dos discursos de Lacan.

5.

O segundo pressuposto:

A segunda volta subversiva, que a psicanálise institui, insiste e acrescenta ainda um outro plano. Mesmo se alterada a lógica coletiva, e os sujeitos se afetarem por sua transformação, eles tendem a reiterar os caminhos de satisfação que já conhecem, retornar aos circuitos congelados do gozo e do sintoma, ao traçado pulsional que os condiciona. Há, portanto, e, paralelamente, um segundo ato transformador, sem o qual não se sustentam as transformações societárias: o ato do sujeito que pode romper os processos de alienação que ele forja no laço com o Outro e que, se não se realiza, fortalece o regozijo que o sujeito extrai daí pelas vias da repetição.

Isso não patologiza a diferença econômica, descontextualizando-a, nem nega a determinação material, individualizando a responsabilidade que deveria ser partilhada entre Estado e Sociedade Civil, nem culpabiliza ou criminaliza individualmente o sujeito, cobrando dele uma solução desconectada do plano político, produzindo o pior (na forma de silêncio quanto à tortura ou quanto ao genocídio da população jovem, por exemplo).

Estamos falando de um duplo trabalho quanto à alienação que, seja no plano político-material, público, das ideologias, seja no plano inconsciente, íntimo, exige um trabalho de ocu-

pação do ‘em si’ a partir do Outro. Tomamos, como propõe Luciano Elia, o Outro como sendo maior que a ordem social, que é o Outro menos um, menos o elemento que a organiza como referente externo. E, o sujeito, como um *efeito-ativo*, por paradoxal que a expressão pareça, tomado em ato, afetado permanentemente pelo Outro. Do trabalho de tomada da palavra que afeta nossa condição de vida “em comum”, podemos produzir deslocamentos e novas composições, sobremaneira ao tocar o núcleo referente que articula nossas vias de sofrimento e de satisfação, assim como as vias políticas de negociação na *polis*.

Como propusemos em outra ocasião (Guerra, 2015a), essa operação inclui o elemento heterogêneo que escapa à simbolização, pois há o fator pulsional em jogo. O sujeito do inconsciente é, desde sempre, social, está sempre referido a uma alteridade. Essa referência à alteridade, entretanto, se compõe exatamente a partir do ponto em que cada um experimenta a ausência de uma correspondência no campo do Outro. Não há lugar para a identificação sobre o que há de mais singular em cada um no campo da alteridade, na qual cada um experimenta o vazio da referência, a dimensão a-social, a-normal, indomesticada e intraduzível de si mesmo, que está na fonte de sua constituição como sujeito. E é justamente para dar conta disso que se suporta viver junto com o Outro, se suportam as perdas e sacrifícios que a convivência coloca (Garcia, Guerra & Otoni, 2010).

Assim, pensando como a transformação *transforma*, tanto Lacan (1961-62, p. 154), como Viveiros de Castro (2012) propõem a banda de Moebius como seu dispositivo, seja em relação à transformação subjetiva, seja em relação à transformação de perspectiva. A transformação, assim, “rasga” a interface que separa o “lado de dentro” e o “lado de fora” da relação de conhecimento, mediante uma dupla torção. Dupla descontinuidade que, ao fazer demonstrar a variação da verdade, deixa às claras a verdade da variação. Nessa tomada de perspectiva, sujeito e coletivo, individual e social, subjetivo e político, tornam-se binarismos redutores muito mais afeitos ao movimento de disputas de narrativas, a que faz referência Lúcio

Costa, que a elementos que poderiam operacionalizar uma prática clínico-política.

6.

O terceiro pressuposto:

Para concluir, é importante dizer que tomamos os diferentes saberes que se colocam nessa pauta como possuindo uma relação disjunta e suplementar (Guerra, 2015b). O que isso significa? Significa que, ao invés de buscarmos pontos de convergência ou de oposição, pontos de interseção ou de hegemonia, colocamos os saberes a trabalho a partir de seu ponto de desencontro – sejam disciplinares, como os acadêmicos, sejam indisciplinados, como os dos jovens. A lógica suplementar não espera complementaridade ou equivalência, e também não visa produzir hegemonia. O que se suplementa de uma apropriação de certa forma de saber sobre a realidade é disjunta de outra, conectando-se no plano da ação concreta e na verificação de seus efeitos.

Se a suplementaridade opera como estratégia sobre o desejo de domínio, a disjunção opera sobre o desejo de totalização, sobre o desejo de produção da verdade. Nesse sentido, sendo disjuntos saberes, corpos e ações se orquestrarão no cenário das intervenções, estatais ou não, sem formarem uma mônada, uma esfera ou Uma verdade, mantendo uma relação lógica de descontinuidade, a partir de uma matriz ética que pode aproximá-los ou distanciá-los. Nesse ponto se assentam as diferenças que interessam. Pois, como também lembra Acácio Augusto, a questão ético-política deve ser formulada antes da ação concreta: o que significa um mundo com prisões? Qual é a ideia de homem, de liberdade e de racionalidade que orienta essa resposta? É aí que a disjunção respeita a realidade e reconhece o impossível de totalizar.

7.

Bom, é por aí que trabalhamos com a juventude nos aglomerados de Minas Gerais. No *Programa Já É*, com três frentes de ação, uma clínica, uma institucional e outra comunitária, temos nos dedicado a recolher testemunhos dessa população na forma de intervenções coletivas em aglomerados urbanos.

Reunimos o coletivo comunitário, com o coletivo universitário e o coletivo quadrinista para, através de conversações psicanalíticas realizadas *in loco*, escutarmos o saber-fazer da juventude e registrar, sob a forma de quadrinhos mangá, suas denúncias e seus testemunhos. Os *Quadrinhos Já É*, por sua vez, circulam tanto dentro do morro, quanto fora, no asfalto, escrevendo-se por onde a vida corre. Fora do circuito ou do plano das ações do Estado, essa ação clínico-política ocorre no território em que as violações se efetivam, em que o traumático está em curso na atualidade da rotina dos corpos, e os processos de alienação são o cotidiano.

A juventude, marcada por um tempo histórico no qual não recebe mais do Outro social a transmissão de insígnias que localizam o mundo adulto, *experimentam* na virulência de suas próprias transformações internas modos de viver e modos de aferir o valor da vida verdadeira (Lacadee, 2009). Vivemos num tempo regulado por uma espécie de vértice regulador que tende ao infinito das substituições, num usufruto incessante do objeto, tomado como qualquer produto ou aparelho que, animando o gozo, dispense o sujeito de sua responsabilidade com esse usufruto.

No contexto do individualismo democrático, cada adolescente se torna seu próprio *passeur* e decide sozinho a respeito do sentido de sua existência (Le Breton, 2013). *Passeur* pode ser traduzido tanto como aquele que faz uma travessia de uma margem a outra em um rio, quanto aquele que faz passar na fronteira clandestinamente.

O termo, rico para pensar a juventude brasileira em situação de violação e de violência, vai ao encontro de outras passagens e fronteiras de tensão. Feltran (2011) nos mostra como, na rotina dos aglomerados urbanos atuais, o lícito e o ilícito constróem entre si redes de sociabilidade e de convivialidade, discursos, códigos sociais, relações objetivas e discursivas, em torno das atividades criminosas, forçando cruzamentos que rompem com os estereótipos entre *cidadãos de bem* e *bandidos*, ou entre *favelas e periferias* e *mundos habitáveis*, questionando as noções de exclusão, de justiça e mesmo de

violência.

A violência subjetiva, experimentada como perturbação de um estado de grau zero de não-violência, é subvertida pela constatação da violência objetiva, sistêmica ou simbólica, cuja invisibilidade mascara a naturalização ideológica que sustenta a própria perspectiva de existência do grau zero de não-violência, situação ideal e normal de pacificação (Žizek, 2014). Em outras palavras, fica difícil saber se a vítima do sistema é o assaltado na sua Hilux, como nos dizia um jovem de aglomerado, ou ele, cujo destino é morrer, já que se torna peça eliminável, supérflua, no sistema produção-consumo, tal qual ele se estrutura hoje.

8.

Na trama mesma desses corpos, as violações podem provir de quem as deveria defender, como o Estado, e as soluções quanto aos conflitos podem ser compostas entre pares, horizontalmente e sem a intervenção de um terceiro mediador, que o Estado poderia representar. Assim, face à centralidade do Estado nas ações de defesa dos Direitos Humanos e à incorporação instituída dos insurgentes das violações na discursividade estatal, deslocamos, como estrangeiro, o já familiar, para nós estranho, e perguntamos: qual o lugar do Estado e qual relação a estabelecer com ele nesse trabalho?

Como trabalhar emancipação e defesa hoje, quando a democracia real aparece em movimentos sociais nas ruas e fora da institucionalidade do governo, em recusa à representação democrática? Quando o Estado é o agente violador, como pensar sua dialetização interna como defensor? O Estado é um bloco com seus poros, mas a força viva da palavra que ocupa um corpo e o agita desde dentro, ao lado de outros corpos, também faz corpo político com outros tipos de poros, conformando outros mundos possíveis, outras lógicas de transformação (Badiou, 2012).

A complexidade hoje incide menos em perguntarmos sobre como fazer a revolução no interior do Estado, pois já vimos que ela produz sempre um novo mestre (Lacan, 1992), mas como sofisticar o campo de análise, que inclui, segundo Ba-

diou (2012), ao menos três elementos: o Estado, o evento revolucionário e a política; e três processos: a afirmação dos povos, o acesso à política fora do Estado, a vitória da negação deste acesso pelo Estado. E ainda haveríamos de considerar a própria organização política do povo. “Vamos ter de enfrentar novas leis e decisões do Estado, e vamos ter de criar algo, uma nova forma de organização, que será cara-a-cara com o Estado, não no interior do Estado, mas cara-a-cara com ele. Então, vamos ter discussões com o Estado ou vamos organizar várias formas de perturbações [...] de qualquer forma, temos de prescrever algo sobre o estado de fora do Estado. Vamos ter de prescrever algo que estabelece uma relação com o Estado que não é uma relação de Estado. A grande dificuldade que é realmente grande no novo quadro-dialético é de manter a possibilidade de estar fora ao prescrever algo que diz respeito ao interior” (Badiou, 2012).

Trata-se, portanto, de uma nova topologia para a política, de difícil configuração, se ficamos no plano euclidiano. Ela implica uma espécie de dialética afirmativa (Badiou, 2012) que afirma o novo, sem destruir o antigo, mas esgueirando-se para além dele e o modificando. Nesse sentido, carece formularmos novas perguntas e, sobretudo, partimos de nova perspectiva. Habitualmente, a pergunta é: como incluir alguém na institucionalidade da defesa de direitos, para fazer parte do Estado e de seu poder de defesa e proteção. Para isso, é preciso que ele seja reconhecido como sua parte instituída.

O deslocamento que propomos implica em que esse alguém ou esse coletivo se afirmem, fora da institucionalidade do Estado, que eles se afirmem sem estar no seu interior. Assim, essa afirmação primeira implica em uma apresentação, uma primeira existência, com princípios e ação próprios, de fora, não codificados pelo regime estatal. Essa existência afirmativa como fato exterior interroga a língua do Estado e exige sua reformulação, primeiro no reconhecimento desse novo traçado e, posteriormente, na resposta que produzirá. Essa lógica produz a exigência de criação de uma nova língua, de um novo código de maneira permanente.

A determinação está, pois, fora do Estado, donde podermos,

face a face, transformá-lo verdadeiramente. Para isso, é preciso reinventar o sujeito político e recolocar sob outra perspectiva o plano político, tomando a ambos na radicalidade de sua experiência. Da ação, eles se afirmam; dessa positividade, eles (se) transformam. Para onde vamos? Se não há centralidade de fins, como na incorporação que o poder do Estado engendra, seremos esse corpo político a desenhar seu traçado. Só assim, plantada inicialmente toda em verde, e depois de repisada reiteradamente a grama pelos transeuntes, indicando onde seus caminhos poderão ser desenhados em pedra, poderemos dizer que uma praça será realmente pública.

9.

Assim, para concluir, retomamos os principais pontos desenvolvidos no artigo. Usamos a faixa de Moebius para mostrar que não há um dentro e fora do Estado, como partes binárias de uma estrutura, mas antagonismos que precisam ser enunciados e (re)conhecidos. Passamos do exterior ao interior, sem interrupção ou mudança de plano (Lacan, 1961-62).

Também consideramos uma nova analítica da transformação, entendendo seu efeito como podendo resultar na dominação ou na produção de uma nova condição. Resumidamente, a transformação pode gerar um subproduto de um sistema dominante ou produzir um novo objeto que afeta e transforma os próprios sistemas em interface (Viveiros de Castro, 2012).

Também não nos esquecemos que, sem incluir o sujeito que sustenta essas transformações, a própria transformação não se sustenta. Os sujeitos tendem a reiterar os caminhos de satisfação que já conhecem, a retornar aos circuitos congelados do gozo e do sintoma, ao traçado pulsional que os condiciona. Há, portanto, e, paralelamente, um segundo ato transformador, sem o qual não se sustentam as transformações societárias: o ato do sujeito que pode romper os processos inconscientes de alienação que forja no laço com o Outro (Lacan, 1992). Lembrando que a alteridade é diferença impossível de totalizar ou radicalizar, dado que se compõe exatamente a partir da posição em que cada um experimenta a ausência de uma correspondência no campo do Outro (Guerra, Garcia

e Barros, 2010).

E, finalmente, sustentamos nosso trabalho de psicanalistas na cidade, compondo uma relação disjunta e suplementar com as demais disciplinas (Guerra, 2015b).

Expostos alguns de seus pressupostos, no *Programa Já É*, de extensão universitária, realizamos intervenções numa relação de extimidade com o Estado, através de escuta clínica, intervenção institucional e do uso do *Já É Quadrinho do Morro*, revistas mangá, com *story board* recolhido em conversações psicanalíticas realizadas nos aglomerados urbanos. Testemunhos se mesclam a denúncias de situações de extrema violência e violação, numa linguagem própria do sobrevivente jovem e de seus familiares e amigos.

A juventude responde muitas vezes aquiescendo à identificação com o discurso que os torna elimináveis, porque ameaçadores e perigosos, de um lado, ou, de outro, responde em ato, face ao vazio da indiferença, como legado simbólico do Outro. Assim, tomamos muitas vezes o jovem como efeito de imposições sociais e econômicas, como se sofressem uma espécie de modulação direta de seus modos de ser, sem considerar o gesto do autor a assinalar uma presença viva e desejante, como se fossem apenas massa moldável. O gesto do autor (Agamben, 2007) implica numa possibilidade através da qual a vida jogada e apagada na obra – seja pelo texto midiático, jurídico, pelos prontuários, processos e PIAS –, toma, pelo regesto, uma autoria, garantindo a vida da obra pela presença nessa borda (Guerra e Moreira, 2015).

O (re)gesto do autor implica o hiato em que uma presença se escreve, face ao que a apaga. “O gesto ilegível, o lugar que ficou vazio, é o que torna possível a leitura. [...] Por definição, um sentimento e um pensamento exigem um sujeito que os pense e experimente. Para que se façam presentes importa, pois, que alguém tome pela mão o livro, arrisque-se na leitura” (Agamben, 2007, p. 62). É nessa direção que caminhamos ao lado dos jovens em nossos programas.

10.

Defendemos, enfim, pela via da dialética afirmativa (Badiou,

2012), a positividade da apresentação do sujeito/coletivo, com seus princípios e suas ações, não tomada necessariamente como devendo estar ou vir-a-estar no interior do Estado. Entendemos que a apresentação do jovem (ou qualquer outro sujeito político), com sua linguagem, seus semblantes e seus direitos, deve ser apreendida, como existência afirmativa, fora do domínio do Estado, mas em relação tensionada com ele. É como fato exterior que, desde fora, essa afirmação pode produzir uma negatividade e interrogar o Estado, em seu interior, exigindo sua reformulação e produzindo, como efeito, novos nomes jurídicos, novas condições de leitura, enfim, um novo estado político.

Assim, ao menos, buscamos fazer no *Programa de Extensão Já É Quadrinho do Morro* com adolescentes nos aglomerados urbanos. Sua palavra é tomada na condição de um saber-fazer com o gozo, o corpo, o outro, a comunidade, a cultura, que responde aos processos políticos visando intervir sobre sua dupla alienação, subjetiva e política. Visamos produzir uma nova condição de leitura e ação, tanto dos sujeitos/coletivos na *favela*, quanto nos sujeitos/coletivos no *asfalto*, interrogando o lugar do Estado nessa mediação.

Entendemos que a resposta do Estado, nesse sentido, é menos a de localizar a situação dentro de sua codificação, e mais a de, necessariamente, abrir-se a uma nova interpretação da experiência do jovem brasileiro, que hoje enfrenta uma situação de verdadeiro genocídio como o demonstram os altos índices nacionais de mortalidade juvenil (Waiselfisz, 2012). Diante dessa afirmação que, de fora, nega o *status quo* instituído, sujeito/coletivo, sociedade civil e Estado precisam se modificar para realizar, de uma nova maneira, uma leitura do gesto do autor e um exercício daquilo que denominamos de coisa pública.

REFERÊNCIAS

Badiou, A. *De la logique à l'anthropologie, ou dialectique positive. Théorie – Lien*. publié le 13 Septembre 2012. Recuperado em 21 Nov. 2015 de: <<http://www.youtube.com/watch?v=wczfHx-VYbxg>>.

Cruz, M. (2009). *Morro do papagaio*. Belo Horizonte, PBH.

- Feltran, G.** (2011). *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: UNESP/CEM/CEBRAP.
- Freud, S.** (1976). O estranho. In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completa de Sigmund Freud. Uma neurose infantil e outros trabalhos (Vol. 17, p. 233-273). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1919)
- Guerra, A. M. C.** (2015a). A psicanálise, não sem a política: aposta metodológica para a prática do psicanalista nas instituições públicas. In: Barros, R. M. M. e Darriba, V. A. (org.). *Psicanálise e Saúde: entre o Estado e o Sujeito*. Rio de Janeiro: UERJ/Cia de Freud, p. 215-236.
- _____. (2015b). Um pouco sobre nossa estratégia de trabalho: psicanálise, marxismo e a vida pelo dentro e pelo avesso. In: Guerra, A. M. C. et al. (org.) *Violência, território, família e adolescência: contribuições para a Política de Assistência Social*. Belo Horizonte: Scriptum, p. 17-42.
- Guerra, A.M.C.; Garcia, C; Barros, F. O.** (2010). Como viver junto? Fronteiras e território. *Revista Curinga*. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise, vol. 25, p. 33-38.
- Guerra, A. M. C., Moreira, J. O.** (2015). Instituições e controle social: do vivente ao sujeito, como ler novas histórias. In: CFP. *Mitos e verdades sobre a justiça Infanto-Juvenil Brasileira: Por que somos contrários à redução da maioria penal?* Brasília : CFP, pp. 120-143.
- Ianinni, G.** (2002). *Estilo e verdade em Jacques Lacan*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Koltai, C.** (2000) *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta.
- Lacadee, P.** (2011) *O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Lacan, J.** (1961-62) *Le séminaire, livre IX: L'identification*. [1961-62, Versão eletrônica]. Recuperado em 10 Jan. 2016 de: <<http://staferta.free.fr/S9/S9%20L'IDENTIFICATION.pdf>>.
- _____. (1992). *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise [1969-70]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- Le Breton, D.** (2013). *Une brève histoire de l'Adolescence*. Paris : JCBehar.
- Viveiros de Castro, E.** (2012) "Transformação" na antropologia, transformação da "antropologia". *Mana* [online], vol.18, n.1, pp. 151-171 . Recuperado em 21 nov. 2015 de: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132012000100006&lng=en&nrm=iso>.
- Waiselfisz, J. J.** (2012) *Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR.
- Zizek, S.** (2014) *Violência: seis reflexões colaterais*. São Paulo: Boitempo.